

AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR E ALUNO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AFFECTIVITY BETWEEN TEACHER AND STUDENT IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION

Regina Coeli Souza Lopes¹

Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Professores que praticam a afetividade, estão focados na criação de uma cultura de sala de aula. Eles constroem um repertório de estratégias destinadas a desencadear novas ideias e trazer um espírito de criatividade nos alunos, e eles se adaptam e criam ideias para suas próprias necessidades curriculares. Muitas necessidades educacionais estão surgindo e uma delas é criar espaços que promovam o bem-estar emocional. Este demonstra que o ambiente físico influencia muito as emoções. Isso acontece em todos os espaços que se percorre todos os dias e os alunos passam muitas horas dentro de suas salas de aula. Diante disso se elegeu como objetivo geral “Analisar a contribuição da afetividade em sala de aula, em um espaço agradável com alunos deficientes por meio de uma pesquisa bibliográfica”. Os resultados apontam que as emoções sentidas na sala de aula influenciam a eficácia da aprendizagem, como por exemplo, a presença de cores alegres que estimula a criatividade. Numa formação completa, os alunos não estão ali apenas para receber formação científica, mas também artística, física e emocional. Conclui-se que a inclusão educacional de alunos com deficiência depende, em grande parte, do cuidado docente, entendido como uma atitude positiva, solidária e adaptativa por parte dos professores, bem como da criação de um ambiente de sala de aula onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

1

Palavras-Chave: Afetividade. Deficiência. Inclusão Social.

ABSTRACT: Teachers who practice empathy are focused on creating a classroom culture. They build a repertoire of strategies designed to trigger new ideas and foster a spirit of creativity in students, and they adapt and create ideas for their own curricular needs. Many educational needs are emerging, and one of them is creating spaces that promote emotional well-being. This demonstrates that the physical environment greatly influences emotions. This happens in all the spaces that are traversed every day, and students spend many hours inside their classrooms. Given this, the general objective was chosen as "Analyzing the contribution of affectivity in the classroom, in a pleasant space with students with disabilities, through bibliographic research." The results indicate that the emotions felt in the classroom influence the effectiveness of learning, such as the presence of cheerful colors that stimulate creativity. In a complete education, students are not only there to receive scientific training, but also artistic, physical, and emotional training. It is concluded that the educational inclusion of students with disabilities depends, to a large extent, on teacher care, understood as a positive, supportive, and adaptive attitude on the part of teachers, as well as the creation of a classroom environment where all students feel valued and respected.

Keywords: Affectivity. Disability. Social Inclusion.

¹Coordenadora pedagógica da Escola Municipal Professora Consuelo Amora Professora pedagógica, Especialista em gestão pública, Especialista em gestão e planejamento ambiental, Mestranda em ciências da educação, Christian Business School.

²Ph.D, Doutora em Ciências da Educação, Professora do ensino superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

INTRODUÇÃO

O cuidado docente envolve o reconhecimento da diversidade, a adaptação do currículo e das estratégias de ensino às necessidades individuais e o fomento de uma cultura de respeito e empatia, essencial para a aprendizagem plena de alunos com e sem deficiência. Um professor atencioso vê a diversidade não como um problema, mas como um tesouro que enriquece o aprendizado de todos os alunos.

Para educar para a inclusão e responder às Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dos alunos, é necessário identificá-las e abordá-las, implementando mudanças apropriadas no conteúdo curricular, nas instalações, nos materiais didáticos e na formação de professores.

A educação inclusiva deve, portanto, ser considerada a possibilidade de oferecer um ambiente educacional caracterizado por uma atmosfera profissional sensível às necessidades e demandas específicas de todos os alunos, permitindo-lhes aprender significativamente o conteúdo curricular e também desenvolver suas habilidades socioemocionais como seres humanos capazes de sentir e expressar seus sentimentos, mesmo quando apresentam alguma forma de NEE.

Se te, como Objetivo Geral “Analisar a contribuição da afetividade em sala de aula, em um espaço agradável com alunos deficientes por meio de uma pesquisa bibliográfica”.

2

Como Objetivos Específicos se procurou identificar os impactos cognitivos de aprendizagem na educação inclusiva com criatividade e estímulo entre os alunos na sala de aula que necessitam de cuidados especiais; descrever o quanto as relações humanas são de grande importância para o desenvolvimento cognitivo dos alunos na inclusão escolar; averiguar os pontos favoráveis para os alunos com NEE dentro do processo de inclusão e afetividade.

A justificativa acadêmica para a elaboração deste artigo se dá justamente pelo fato da pesquisadora poder contribuir com novos estudos referentes ao trabalho dos professores com alunos especiais em escolas públicas, além de possibilitar conhecer com mais profundidade como outros profissionais entendem o trabalho sobre formação continuada e educação inclusiva.

Para superar os desafios e promover a participação dos professores na educação inclusiva, é primordial cumprir estratégias que incentivem e agenciem o engajamento dos docentes. Uma estratégia relevante é a proposta de formação continuada e de evolução profissional.

O acesso de alunos com deficiência às escolas regulares tem sido uma grande conquista nas últimas décadas. No entanto, percebe-se que muitos docentes adotaram os termos "inclusão"

e "Necessidades Educacionais Especiais" (NEE) como sinônimos de "integração" e "deficiência".

Ademais, as escolas que atendem a alunos integrados adotam estratégias pedagógicas baseadas em uma resposta individualizada aos alunos com NEE, e os professores em sala de aula frequentemente têm uma participação muito limitada em sua educação.

A problemática sinaliza que mesmo dentro do sistema educacional e das escolas, ainda existe uma tendência comum de homogeneizar as práticas educacionais voltadas para o aluno, sem considerar a diversidade devido às suas características pessoais, como gênero, identidade sexual, etnia, origem socioeconômica e outros fatores, a fim de adaptar e personalizar o currículo e a programação educacional às necessidades dos discentes.

Desse modo se faz o seguinte questionamento: O desenvolvimento profissional dos educadores deve contemplar a formação sobre os recursos possíveis para tornar mínimo as dificuldades dos discentes com dificuldades de aprendizagem?

Ademais, se argumenta que esses recursos devem fornecer aos professores conhecimentos gerais e informações suficientes sobre as necessidades educacionais especiais, para alcançar uma compreensão que favoreça o relacionamento com o aluno. Ademais, é necessário treinamento para ter êxito nas implicações que têm no ensino, bem como as diferentes deficiências. Por sua vez, é preciso ministrar nestas formações, um conjunto de estratégias de ensino e sistemas de supervisão orientados para apoiá-los em seu trabalho de ensino.

3

O atendimento inclusivo passa pela formação inicial e contínua os docentes e de toda comunidade escolar e essa formação tem que ser continuada visando atender às necessidades educacionais dos estudantes, no ensino regular, como proposto pela inclusão escolar.

A metodologia de caráter bibliográfico e documental cujo método é tipo descritivo fundamentado na abordagem qualitativa e observação adequou-se à análise do objeto de estudo e aos objetivos propostos.

MÉTODOS

Este estudo se caracteriza pelo procedimento bibliográfico pois trouxe material bibliográfico como livros, revistas, artigos para o marco teórico. A pesquisa de cunho bibliográfico implica em um conjunto ordenado de procedimentos, com critérios bem definidos, de busca por soluções em acordo com o objeto de estudo, não podendo ser aleatório. É sempre

realizada para fundamentação teórica de um determinado assunto, trazendo subsídios a análise futura dos dados obtidos (Gil, 2017).

Tratou-se de um estudo de cunho qualitativo, conforme salientado por Marconi e Lakatos (2017, p. 269):

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento.

A pesquisa qualitativa por sua vez, se detém a fenômenos que não são aferidos quantitativamente e consegue investigar os aspectos subjetivos dos fenômenos.

Segundo Minayo e Costa (2019) a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações.

A pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2008).

Utilizou-se como critérios de inclusão os trabalhos que tivessem no período de 2010 a 2025, disponíveis nos idiomas em inglês, português e espanhol e que estivessem publicados na íntegra. Já os de exclusão foram trabalhos duplicados, teses, dissertações e que não estivessem no domínio público. Se utilizou autores clássicos pelo fato de que até os dias atuais os mesmos exercem um papel importante na literatura brasileira em relação a escola e aprendizagem.

RESULTADOS

Além de ser uma questão teórica, a discussão sobre a afetividade no processo educacional é uma questão prática, especialmente importante nos anos iniciais de escolarização. Professores, pais e cuidadores trabalham para o desenvolvimento de habilidades e recursos cognitivos sofisticados das crianças. Tão ou mais importante que aprender é gostar do que está sendo aprendido, quem está ensinando e, principalmente, com quem está sendo compartilhado o processo.

O contexto da educação, seja ela formal ou não, é a base para a construção da motivação para a aprendizagem e formação de vínculos afetivos que perduram por toda a vida. Boas condições de aprendizado resultam em alunos se sentindo envolvidos e pessoalmente satisfeitos sempre que algo que foi aprendido é aplicado. O contrário disso é aprender por obrigação, de

forma maçante ou compulsória, o que muitas vezes gera insatisfação, desafeto, apatia, retraimento e não tão incomum quanto gostaríamos, revolta e rebeldia (Menezes, 2023).

No discurso teórico e nas práticas que os pedagogos têm a oferecer à sociedade, para Moreira e Silvério Júnior (2017), nem sempre cognição e afeto são discutidos em conjunto. Separadas, essa discussão deixa a impressão de que cognição e afeto são temas inconciliáveis ou, no mínimo, requerem tratamentos diferentes. Expressões como dimensão cognitiva, em oposição à expressão dimensão afetiva, reforçam essa ideia e sugerem que é possível e até desejável tratar o desenvolvimento da cognição separadamente do desenvolvimento da afetividade.

Essa aparente dicotomia³ vem sendo revista em diversos contextos teóricos da pedagogia. Alguns exemplos segundo Oliveira (2021) incluem o reconhecimento de que as relações de apego entre crianças pequenas e seus cuidadores são aspectos importantes para seu desenvolvimento social e emocional, como as explicações recentes sobre a evolução da cooperação que destacam a importância do comportamento pró-social e a influente abordagem cognitiva, que busca integrar a intuição e a deliberação nos processos de tomada de decisão e julgamento.

Somente o docente é capaz de servir de modelo para seu aluno, evidenciando sua postura nas relações e interações, respeitando as limitações de cada professor, é preciso que sua prática pedagógica seja pautada na afetividade. O professor é o grande responsável por estimular e manter esse vínculo afetivo; é a figura do professor que fornece segurança ao aluno no ambiente escolar e em seu envolvimento com o processo ensino-aprendizagem (Moreira; Silvério Júnior, 2017, p. 4).

5

Nesse sentido, Silveira e Raupp (2025) celebram que o afeto é uma dimensão que permeia as relações dos seres humanos na forma de humores, motivações e sentimentos. Uma forma de perceber o afeto que não necessariamente é incompatível com essa posição, é olhá-lo do ponto de vista do aprendizado e das mudanças de comportamento decorrentes das experiências com o meio físico e social. Nessa perspectiva, a tarefa primordial é identificar as ações do sujeito e as formas de relacionamento que estabelece com o meio em que esse sujeito se comporta.

A afetividade é essencial para o desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes, o que os leva a atuar no objeto de conhecimento. “Mas a afetividade não é nada sem inteligência, que lhes dá os meios e esclarece os fins” (Piaget, 1994, p.70).

Enfocando a relação entre os domínios afetivo e cognitivo, Wallon (2003) elaborou a teoria do desenvolvimento da personalidade, destacando que essa se forma entre afetividade e

³ Dicotomia significa divisão de duas partes. É a oposição entre duas coisas, tal como amor e ódio. A palavra tem origem grega.

cognição. Além disso, destacou que a afetividade é uma das fases mais antigas do desenvolvimento. Assim, é possível compreender as relações entre afeto e inteligência, esta corresponde às emoções que se voltam para o mundo externo, orientadas para o mundo dos objetos de estudo e observação.

Para Oliveira (2021) a afetividade e o espaço escolar contribuem para o crescimento do indivíduo em todas as perspectivas, tanto no subjetivo, quanto no social, no cognitivo e no psicológico.

Nesse aspecto a inclusão de atividades em sala de aula no âmbito da educação em alunos com NEE, tem um grande valor, pois possibilita um processo de transformação, fazendo com que o aluno amplie suas percepções, emoções e ideias, e assim desenvolva a sensibilidade, a consciência, a criatividade, e a responsabilidade, no intuito de construir um viver amadurecido, dentro de seus limites, onde a afetividade estabelece condições de viver, digna e integralmente a vida, criando formas de comportamento.

Portanto, é de extrema importância, a garantia da participação efetiva dos professores, funcionários, pais, alunos na gestão escolar, ou seja, a construção de uma gestão compartilhada, só é possível a partir da intencionalidade de quem está gestando a instituição, vislumbrando-a como um espaço de transformação cuja colaboração de todos é que garantirá os resultados
almejados (Oliveira, 2021).

6

Assim sendo, falar em gestão escolar, Silveira e Raupp (2025) remetem refletir numa dinâmica que se norteie por posturas democráticas, que se configure pela participação de toda a coletividade nas decisões e que comporte a articulação de todos os segmentos e de tudo que envolve a concretização de um projeto.

Clarifica Menezes (2023) que o tema de inclusão ganha importância ao considerar que as primeiras experiências acadêmicas na infância são fundamentais para a valorização que todo ser humano deposita na aprendizagem. Porém, é importante que a chegada às salas de aula, às aulas e ao processo de aprendizagem se tornem uma experiência prazerosa, tanto para alunos regulares quanto para aqueles com necessidades educacionais especiais, de modo a gerar interesse em descobrir novos conhecimentos e motivação para aprender mais.

Sinaliza Mantoan (2015) que inclusão significa atender às necessidades comuns e específicas dos alunos com qualidade e equidade. Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2009), define educação inclusiva como um processo que envolve a transformação de escolas e outros centros de aprendizagem para atender

a todos, ou seja; crianças, alunos pertencentes a grupos étnicos e linguísticos minoritários ou populações rurais, pessoas afetadas pelo HIV e AIDS, ou com deficiências e dificuldades de aprendizagem.

Observa ainda Menezes (2023) que a educação também deve proporcionar oportunidades de aprendizagem para todos os jovens e adultos. O objetivo é acabar com a exclusão resultante de atitudes negativas e da falta de atenção à diversidade em termos de raça, status econômico, classe social, origem étnica, idioma, religião, gênero, orientação sexual e habilidades.

O conceito de educação inclusiva questiona grande parte da forma como as escolas tradicionais organizam e ministram o ensino. Embora as instituições devam ter objetivos gerais ou comuns quanto ao que é apropriado e desejável para os alunos aprenderem, as competências relacionadas às diferentes disciplinas escolares devem ser consideradas no contexto das oportunidades e necessidades de cada aluno (Mantoan, 2015).).

O desenvolvimento da educação inclusiva implica mudanças no sistema e nas políticas educacionais, no funcionamento das instituições acadêmicas, nas atitudes e práticas dos professores e nos níveis de relacionamento entre as diferentes partes interessadas, que permitam abordar e eliminar barreiras à aprendizagem e à participação (Menezes, 2023).

Uma das premissas mais importantes para alcançar a inclusão educacional é uma mudança na forma como se ensina, o que implica capacitar os professores para trabalhar com normas estabelecidas. Para Oliveira (2021) o papel dos professores como agentes educacionais centrais nesse processo é importante e é necessário que eles desenvolvam atitudes positivas, por meio das quais esses alunos se sintam parte de uma família e também de uma comunidade.

Isso será alcançado aumentando sua autoestima, esforçando-se para aumentar sua autoconfiança por meio de interações positivas entre os membros da turma incluindo o professor, criando situações nas quais os alunos possam colaborar, experimentar e aprender juntos, e também incluindo habilidades pedagógicas adequadas e tempo para reflexão profissional, desenvolvendo assim suas próprias habilidades nessa área.

Professores desempenham um papel muito importante na educação inclusiva e, portanto, sua atitude é um fator-chave para o sucesso. Nesse sentido, inúmeros estudos foram conduzidos sobre as características de idade, classe social, experiência, salário, formação recebida e atitude que professores eficazes e inclusivos devem ter (Menezes, 2023).

Sinaliza Oliveira (2021) que a partir dessas perspectivas, o conceito de atitude é primeiramente abordado globalmente e, em seguida, aprofundado nas atitudes dos professores

e nos fatores que podem influenciá-las. A afetividade é o componente mais característico das atitudes. Esta é a principal diferença com crenças e opiniões, que são caracterizadas por seu componente cognitivo. O componente emocional ou sentimental de uma atitude é aprendido com pais, professores e colegas.

As concepções dos professores sobre o desempenho acadêmico de seus alunos são resultado de seu conhecimento pedagógico informal e, portanto, estão vinculadas à sua experiência de interação com os alunos. Eles também moldam seu ensino, à medida que se desenvolvem em contextos socioculturais onde os professores constituem subjetividades (Silveira; Raupp, 2025).

Conforme Silveira e Raupp (2025) que, ao lidar com necessidades educacionais especiais (NEE), o elemento-chave é o ar de positividade que deve existir nos professores, sendo necessário que eles questionem suas crenças, preconceitos e a zona de conforto em que desejam permanecer, uma vez que a diferença é a chave que abre as portas para um universo de aprendizagem, aprimoramento pessoal e crescimento.

A falácia da homogeneidade é questionada ao aprender com aqueles que parecem estar em desvantagem, quando uma atitude de abertura permanece, além de crenças, preconceitos e mitos, que devem ser banidos do pensamento dos professores.

Menezes (2023) destaca que, em sua prática docente, os professores utilizam os conhecimentos adquiridos durante sua formação e vida profissional, integram conhecimentos de outras áreas e geram novos conhecimentos diante da resolução de situações específicas que envolvem necessidades especiais.

Mudanças na forma como se ensina não são fáceis de alcançar, mas podem ser alcançadas reconhecendo o aspecto mais importante que é identificar as necessidades desses alunos e assumindo o papel de transmissor de conhecimento em um ambiente de aprendizagem ativa, onde o aluno é o ator principal do processo (Menezes, 2023).

Portanto, a atuação do professor deve ir além da simples conclusão de um programa e deve criar condições para que atividades de aprendizagem resultantes da análise de sua prática, alterando ou fortalecendo os processos de ensino, tendo em mente que devem estar focadas e adaptadas ao modelo pedagógico institucional para que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem, e fornecer estratégias educacionais que facilitem esse processo.

ALUNOS COM NEE E A AFETIVIDADE

Compreender as necessidades individuais e os costumes de aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é um aspecto crucial para apoiar a jornada educacional. Cada aluno com NEE é único e seus pontos fortes, fracos podem variar.

Segundo Cunha (2018) a escola deve priorizar a educação inclusiva para assegurar que o ensino seja plural e qualificado, beneficiando a aprendizagem de todos os discentes inclusive os com necessidades especiais em ambientes inclusivos para promover aceitação, compreensão e respeito pelas diferenças individuais.

Os professores podem criar esse ambiente implementando estratégias como recursos visuais, rotinas estruturadas e comunicação clara, que podem capacitar os alunos com necessidades especiais a prosperarem academicamente e socialmente dentro do contexto escolar. As relações professor-aluno positivas no entendimento de Silveira (2020) desempenham um papel crucial no desenvolvimento social e emocional dos alunos com algum tipo de deficiência. Estes alunos muitas vezes se sentem mais à vontade para falar sobre seus problemas com professores com quem eles têm um relacionamento positivo.

A afetividade entre professor e aluno é um fator importante no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que possibilita o estabelecimento de um vínculo emocional positivo entre ambos. Quando há uma boa relação entre o professor e o aluno, o ambiente se torna mais acolhedor e seguro, o que favorece o engajamento do aluno nas atividades, a sua motivação para aprender e a compreensão dos conteúdos (Ferreira, 2018).

Elucida Ferreira (2018) que instituir um espaço de sala de aula favorável e inclusivo é crucial para construir um relacionamento amigável entre docentes e discentes com NEE. O primeiro passo é entender as necessidades únicas dos discentes e adaptar as táticas de ensino para acolher essas necessidades. Alunos com necessidades especiais podem ter sensibilidades sensoriais e dificuldades com a comunicação social.

É relevante que os educadores estejam cientes desses desafios e forneçam apoio adequado. Ao organizar reuniões com alunos com algum tipo de deficiência, o ambiente deve estar sem elementos que tirem atenção dos alunos. Ao criar um ambiente calmo e estruturado, os docentes podem auxiliar os discentes estarem confortáveis para aprender (Ferreira, 2018).

Dessa forma, aprender a ser, a fazer, a conviver e a conhecer é uma atitude necessária à formação pessoal e profissional, e no caso do educador essa aprendizagem se transforma em exemplo e qualificação para ampliar o procedimento educacional como um todo.

A formação continuada de docentes é uma demanda abrangente que oferece oportunidades de desenvolvimento profissional aos educadores no exercício de sua função. Consiste num conjunto de atividades e programas destinados a atualizar e melhorar competências pedagógicas, bem como a manter-se atualizado com as últimas tendências e práticas educativas (Reis; Coutinho, 2025).

Essa formação é primordial para assegurar que os professores estejam bem dispostos para encarar os obstáculos da sala de aula e oferecer um ensino exemplar aos discentes. Ao se incluir em um conjunto que abrange a formação de professores, os mesmos têm a oportunidade de desenvolver o seu exercício pedagógico, se moldando às recentes precisões dos discentes e ocasionar um ambiente de aprendizagem inclusivo e justo (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

A formação continuada de docentes incentiva a cogitação e o desenvolvimento profissional, consentindo que os professores avaliem a sua prática, identifiquem áreas de melhoria e estabeleçam metas de crescimento pessoal e profissional.

A formação docente deve passar por uma mudança que garanta apoio aos professores e aos centros educativos na assunção das tarefas, funções e exigências que lhes são exigidas, que os ajude a enfrentar os problemas, para que sejam repensados e organizados diferentes espaços curriculares que permaneceram inalterados durante um período (Farina, 2024).

10

Deve-se optar por um modelo de formação que emerge do corpo docente como motor de mudança, que o considera como profissional reflexivo, investigador da sua própria prática, gerador de teorias, que potencia o debate e o trabalho interno para chegar a um consenso sobre como fazer coisas entre todos os membros da comunidade educativa.

Os educadores que participam ativamente em programas de formação continuada têm a oportunidade de atualizar os seus conhecimentos, desenvolver novas competências pedagógicas e manter-se a par das últimas tendências educativas. Essa constante atualização profissional permite oferecer uma educação de maior qualidade e relevância aos seus alunos (Farina, 2024).

A importância da formação contínua de professores para Farina (2024), reflete no impacto do desenvolvimento pessoal e profissional do educador. Ao participar em atividades de desenvolvimento profissional, os professores têm a oportunidade de refletir sobre a sua prática, identificar áreas de melhoria e definir metas de crescimento profissional. Isso permite que eles permaneçam motivados e engajados em seu trabalho, o que, por sua vez, resulta em melhor desempenho em sala de aula e maior satisfação no trabalho.

Além disso, conforme Farina (2024) a importância da formação contínua de professores é evidente na sua capacidade de promover a inovação e a mudança educativa. Os educadores que estão cientes das mais recentes pesquisas e práticas educacionais têm a capacidade de implementar novas estratégias de ensino, usar tecnologia educacional de ponta e se adaptar às novas necessidades dos alunos. Isto contribui para a melhoria contínua da qualidade educacional e do sucesso acadêmico dos alunos, para Reis e Coutinho (2025):

Compreender os desafios e perspectivas na formação de professores para a educação inclusiva é essencial para promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e garantam o direito à educação de todos os estudantes. Essa investigação se justifica por sua relevância nos âmbitos acadêmico, social e político, uma vez que contribui para o debate sobre a efetividade das políticas educacionais inclusivas e para a formulação de estratégias formativas mais eficazes (Reis, Coutinho, p. 2, 2025).

Diante disso, é importante destacar que a formação continuada de professores é um processo contínuo e dinâmico que acompanha os professores ao longo de toda a sua carreira profissional. Os educadores têm a oportunidade de participar em diversas atividades de formação contínua de professores ao longo do ano letivo, escolhendo aquelas que melhor se adaptam às suas necessidades e objetivos de desenvolvimento profissional (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

Esta flexibilidade na duração e no formato da formação continuada permite que os educadores se mantenham atualizados sobre as últimas tendências e práticas educativas, melhorem a sua prática pedagógica e proporcionem uma educação de qualidade aos seus alunos (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

A formação continuada oferece uma série de benefícios tanto para os educadores quanto para seus alunos. Em primeiro lugar, a participação em programas de formação que permite que os docentes se mantenham atualizados com as últimas tendências e metodologias educativas, o que os ajuda a melhorar a sua prática pedagógica e a proporcionar um ensino de maior qualidade. (Silva; Inocêncio; Moraes, 2023).

Esta capacitação para educadores proporciona a oportunidade de desenvolver novas aptidões e competências que podem aplicar na sala de aula para promover um ambiente local enriquecedor e eficaz, no qual para os alunos, os benefícios são significativos pois estes profissionais que participam de estudos de capacitação, pois ficam preparados para responder às necessidades particulares dos seus discentes, adaptando suas práticas de ensino a diferentes modelos de aprendizagem e níveis de competências (Darling-Hammond; Hyler; Gardner, 2017).

Salienta-se que o caminho para a inclusão exigirá um mandato claro do diretor e da estrutura de governança da escola para garantir que ela esteja totalmente integrada a todas as

formas importantes de funcionamento da escola. Isso é especialmente verdadeiro no que concerne ao processo de planejamento de melhorias escolares (Alves; Gil; Souza, 2025).

Por meio do trabalho em equipe, os líderes escolares podem defender a inclusão e apoiar uma variedade de inovações que podem ajudar a concretizar a visão, tanto na prática escolar quanto na sala de aula. Uma escola inclusiva bem-sucedida requer a transformação de toda a escola (Reis; Coutinho, 2025).

Isso inclui outros membros da equipe, como aqueles envolvidos em funções administrativas e de manutenção, bem como alunos, pais e membros da sociedade civil que compartilham o interesse pela educação (Alves; Gil; Souza, 2025). As escolas dependem de professores capacitados para promover a inclusão, no entanto, eles não são os únicos stakeholders⁴ que precisam estar envolvidos. Cada escola faz parte de uma comunidade mais ampla que inclui uma variedade de stakeholders que podem desempenhar um papel no apoio à mudança.

DISCUSSÃO

Como todas as outras pessoas, as pessoas com deficiência têm necessidades relacionadas à saúde, segurança econômica, emprego, seguridade social, aprendizagem, bem-estar e desenvolvimento de habilidades, que devem ser inerentes aos programas e serviços convencionais, contribuindo assim para uma sociedade inclusiva (OMS, 2011).

Sendo assim, os aspectos afetivos e emocionais, que antes eram exclusividade da família desenvolver nas crianças, de acordo com o Artigo 32, Inciso IV da LDB 9.394/96, afirma que o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social também é objetivo para a formação básica do cidadão no âmbito educacional.

Ademais, a delimitação do tema proposto, sugere que para que haja uma educação transformadora e significativa na vida do aluno, que promova um bem estar para pessoas e alunos com deficiência, esta deverá adequar-se aos desafios impostos pela dinâmica social, buscando incorporar Políticas Públicas que não pensem somente em pô-las no papel, mas que atendam aos anseios reais da sociedade, principalmente dos que estão à frente desse processo dinâmico.

⁴ Stakeholders são todos os indivíduos ou grupos com interesse em uma organização ou projeto, ou que são afetados por ele. Fonte: . <https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/stakeholders-o-que-sao-e-quais-sao-os-principais-tipos/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

Assim, as definições de cada tipo de deficiência, devem incluir elementos que as distingam da população considerada normal e de outros grupos especiais, a fim de manter o controle administrativo sobre os serviços prestados por abordagens pedagógicas especializadas.

Para Salvador (2015) no caso das dificuldades de aprendizagem, a heterogeneidade e o tamanho da população tornam ainda mais necessário o uso de elementos diferenciadores. Nesse sentido, as definições de dificuldades de aprendizagem têm se concentrado em três principais critérios diferenciadores: (a) a redução das dificuldades de aprendizagem em tarefas escolares, (b) a discrepância entre o desempenho real e o QI, e (c) a exclusão de outras deficiências. No entanto, essas definições têm sido seriamente desacreditadas ao longo da história da área por vários motivos, que precisam ser explorados com mais profundidade futuramente.

Esclarece Araújo (2022) que é muito importante que a avaliação do professor seja realizada com base nas habilidades reais da criança e nos níveis individuais de aprendizagem. Para estabelecer as necessidades especiais, a avaliação de cada caso, requer, primeiramente, a determinação das habilidades e limitações específicas da criança. Portanto, é essencial compreender suas características e dificuldades associadas para definir um plano educacional individualizado.

De acordo com informações atuais sobre o desenvolvimento e as oportunidades de aprendizagem das crianças, a infância é reconhecida como um período sensível ou crítico, ou seja, suscetível a ser afetado por diversas influências. Do ponto de vista pedagógico, esse período deve ser aproveitado para maximizar o pleno potencial das crianças, especialmente daquelas que, por vivem em condições ambientais desfavoráveis e apresentam atrasos no desenvolvimento e necessitam de influências educacionais especiais (Araújo, 2022).

Além disso, para Silva et al., (2020) as escolas devem ter recursos e materiais adequados para atender às diversas necessidades de aprendizagem de todos os alunos. Isso pode incluir tecnologias assistivas, equipamentos especializados e materiais de aprendizagem adaptados. Ao criar um ambiente físico inclusivo e fornecer os recursos necessários, as escolas podem garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de acesso à educação.

Considera-se que os principais tipos de deficiência são, física, sensorial (visual, auditiva, gustativa, olfativa, tato), intelectual, psicossocial ou mental e Neurodesenvolvimental.⁵ Outros tipos de deficiência incluem surdo, cegueira e múltiplas deficiências, que é a presença de dois

⁵Refere-se ao processo de desenvolvimento do sistema nervoso, incluindo o domínio progressivo de habilidades motoras, sensoriais, cognitivas, comunicacionais e emocionais desde a gestação até a vida adulta

ou mais tipos de deficiência. Esses tipos de deficiência referem-se a limitações ou restrições no funcionamento de uma pessoa em diversas áreas, como movimento, comunicação, aprendizagem e habilidades sociais (Salvador, 2015).

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um distúrbio de aprendizagem comum que ocorre em um em cada dez alunos, muitas vezes esta condição é ignorada por professores e pais. Os alunos que têm TDAH às vezes convivem com a doença sem serem diagnosticados e compreendidos. Muitos chegam à idade adulta com as mesmas dificuldades que devem ter vivido na infância e adolescência (Sousa, 2023).

As crianças autistas são aquelas que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição do sistema nervoso que causa danos o desenvolvimento e a socialização. Essas crianças possuem características únicas e podem apresentar dificuldades na linguagem, na comunicação e no comportamento (Cunha, 2018).

A principal maneira pela qual as políticas de inclusão têm ajudado no ensino-aprendizagem dos autistas é por meio da promoção de um ambiente educacional inclusivo, que valoriza a diversidade e oferece adaptações e suporte necessários para atender às necessidades individuais.

Já a dislexia afeta o indivíduo durante todo o ciclo de vida, embora não tenha o mesmo impacto em todas as fases do desenvolvimento. Isso ocorre porque a dislexia tem origem neurobiológica de natureza constitucional. Dada a gravidade e especificidade do distúrbio, por não haver lesão superveniente, sempre se suspeitou da existência de alteração neurológica (Mousinho, Alves; Capellini, 2015).

A discalculia para Lucion (2010) geralmente é atribuída a déficits verbais, espaciais, sequenciais e cognitivos. Como é o caso de disfagias e dislexias, a discalculia pode ser adquirida ou no desenvolvimento da criança que sofre de algum distúrbio de linguagem auditiva receptiva, onde provavelmente tem um desempenho ruim na matemática, não porque não possa entender os princípios de cálculo, mas porque ele não consegue entender a explicação oral do professor.

É especialmente importante observar atentamente as crianças quando são muito pequenas elas não têm capacidade de expressar claramente o que sentem. E fazer com que as crianças com dificuldades sejam diagnosticadas e receber o apoio adequado pode ajudá-las a ter sucesso na escola e também em outras áreas de suas vidas (Sousa, 2023).

No Brasil tem havido esforços significativos para desenvolver políticas de educação inclusiva e apoiar os direitos das pessoas com deficiência. Essas estruturas legais e convenções

internacionais fornecem uma base para a educação inclusiva e orientam os formuladores de políticas na criação de políticas de educação inclusiva que garantam oportunidades iguais para todos os alunos. Na aprendizagem precisa existir inclusão sendo assim o currículo precisa ser bem estruturado (Cunha, 2018).

Outro aspecto importante da política de educação especial é o fornecimento de apoio individualizado e diferenciação. Isso significa reconhecer e abordar as necessidades únicas de aprendizagem de cada aluno. Os professores devem ser treinados na implementação de estratégias de diferenciação, o que envolve a adaptação de métodos de ensino, materiais e avaliações para atender às diversas necessidades e habilidades dos alunos (Cecchin, 2015).

Complementa Chiote (2013) que o apoio individualizado também pode envolver o fornecimento de apoio adicional ao aprendizado, como instrução ou terapia especializada, para alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizado. Ao fornecer suporte individualizado e diferenciação, as escolas podem oferecer um local de aprendizagem inclusivo onde todos os alunos podem prosperar. A colaboração e parceria entre escolas, famílias e comunidades é outro componente crucial da política de educação inclusiva.

A educação inclusiva para Cunha (2018) reconhece que a responsabilidade pela educação de um aluno se estende além das paredes da sala de aula. As escolas devem envolver ativamente as famílias no processo educacional, buscando sua contribuição e colaboração na tomada de decisões. Se faz necessário o diálogo regular, reuniões de pais e professores e envolvimento das famílias em atividades e eventos escolares. Além disso, as escolas também devem se envolver com a comunidade em geral para promover a inclusão e criar oportunidades para os alunos interagirem com diversos indivíduos e culturas.

A inclusão é um direito conquistado pelas pessoas com deficiência, que passou a ser mais conhecido a partir da Lei nº 13.146, popularmente conhecida como a Lei da Inclusão, aprovada em 06 de julho de 2015. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, em seu capítulo V e artigos 58 e 59, já orienta quanto a Educação Especial, como também à Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei nº 13.146/2015 avançaram significativamente no cumprimento do artigo 24 da Convenção dos Direitos com Pessoas com Deficiência (CDPD) e posicionaram o Brasil como referência na região latino-americana.

Segundo Brasil (2015) as transformações promovidas a partir dessas normas permitiram que 87% das pessoas com deficiência frequentassem hoje o ensino regular e ampliaram significativamente o acesso dessa população ao ensino superior. No entanto, o novo regulamento dá uma guinada acentuada nesse caminho. Longe de ampliar a garantia de direitos e aprofundar as mudanças conquistadas em busca de uma maior inclusão, legitima a discriminação e busca reinstalar modelos obsoletos que violam os direitos humanos.

É necessário promover a conscientização de que a escola é, em grande parte, responsável pelas limitações ou avanços dos alunos, quer tenham deficiência ou não. Somente sob esta suposição, será possível uma reflexão que leve a repensar o que se ensina e como se ensina às crianças com deficiência.

O desenvolvimento profissional dos professores deve contemplar a formação sobre os recursos possíveis para minimizar os problemas dos alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Esses cursos devem fornecer aos professores conhecimentos gerais e informações suficientes sobre as necessidades educacionais especiais, para alcançar uma compreensão que favoreça o relacionamento com a criança.

Além disso, é preciso treinamento para ter êxito nas implicações que têm no ensino, bem como as diferentes deficiências. Por sua vez, é preciso ministrar nestas formações, um conjunto de estratégias de ensino e sistemas de supervisão orientados para apoiá-los em seu trabalho de ensino.

CONCLUSÃO

Constatou-se que o apoio à educação, entendido como obrigação dos Estados, é fundamental para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso à aprendizagem, interajam e participem do dia a dia da escola, além de ser fundamental para o trabalho pedagógico.

Na perspectiva da educação inclusiva, deve-se apoiar alunos, professores e centros educacionais para garantir a aprendizagem e potencializar a participação, bem-estar pessoal, interação e ampla cooperação que inclui membros da instituição, famílias e comunidade.

Os apoios devem favorecer não só os alunos com dislexia, mas também todos os alunos em um ou mais momentos de sua trajetória educacional, no âmbito do currículo básico e comum. Implica um leque bastante amplo e com abordagem sistêmica, que considera concepção e organização, planejamento e atividades, adaptação e diversificação curricular, estratégias pedagógicas e programas educativos, recursos físicos e humanos, formação docente e em

funções, cooperação e colaboração entre membros da comunidade educacional, bem como da localidade.

Facilitar o acesso, a aprendizagem e a participação dos alunos com algum tipo de deficiência, com base na experiência adquirida, tende a se tornar referência para os diferentes atores no processo educacional, como alunos, professores, gestores e famílias, podendo fornecer apoios e recursos, orientações e conselhos, avaliação das prioridades educacionais ou necessidades de apoio, disponibilização de recursos materiais, coordenação com outros serviços, concepção e desenvolvimento de projetos de inovação ou investigação.

Desse modo, deve-se valorizar os avanços progressivos na prestação de apoio, bem como as contribuições das organizações familiares, movimentos associativos e fundações prestadoras de serviços. Não pode ser negligenciada a seriedade na matrícula do aluno com deficiência em uma escola e no AEE, para acessar o ambiente físico, o currículo, a informação, a comunicação e ainda participando com interação entre seus pares que viabilizam a possibilidade de socialização, um dos primários objetivos da educação.

Há ainda a necessidade de a formação de professores ter como eixo a valorização da diversidade para que os currículos contemplem profundamente a prática pedagógica para uma educação inclusiva, e a formação continuada de professores em exercício, acompanhada de processos de pesquisa, passe a ser obrigatória em todos os momentos, que os desafios surgem na rotina diária de ensino.

No que se refere à educação, a existência de diversas ações, planos e programas de educação, existem informações variadas e pertinentes a este respeito. O esforço do Estado parte em realizar ações normativas e de inclusão social de pessoas com deficiência na educação.

Ademais, dentre os apoios educacionais destacam-se os recursos pessoais, como famílias, professores de apoio, auxiliar de sala de aula, conselheiro, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, pessoal da saúde, membros da comunidade e outros que também é feita referência ao suporte organizacional, como recursos materiais e tecnológicos.

Ainda como suporte curricular, que define suporte como todos os recursos, atividades e estratégias destinadas a facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, que são gerenciados, organizados e dispostos nas instituições escolares a fim de responder à diversidade e minimizar as barreiras à aprendizagem e participação experimentada por estes, em função dos fins e objetivos estabelecidos na educação.

Observou-se que a educação escolar envolve a formação para a cidadania, o que implica que as pessoas se envolvam nas questões que dizem respeito à sua comunidade, seja ela familiar, laboral, social e de poder. Este envolvimento também significa solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, por exemplo, para que a responsabilidade pela educação recaia não só sobre o professor, mas também sobre os próprios alunos, as autoridades, os pais e as autoridades civis e a sociedade.

Uma educação inclusiva responderia, então, a uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva. A reforma política em direção à democracia global também deve passar pela escola que impacta a esfera social, coletiva e individualmente, a fim de alcançar uma sociedade mais solidária e cooperativa. Essa modalidade escolar não importava para os especialistas da época, uma vez que nunca abordavam as questões relacionadas à educação especial, à política educacional de integração, muito menos à educação inclusiva.

A escola de integração também não teve muito sucesso no passado, embora tenha nascido com a missão de resolver os problemas causados pela segregação operada na escola tradicional e a ineficácia da educação especial, visto que muitas das crianças com dificuldades de aprendizagem o fizeram, não se enquadravam na educação especial e, apesar da deficiência, não tinham acesso a nenhum tipo de ensino, regular ou especializado.

18

Por outro lado, na sociedade, as escolas de educação especial não têm conseguido formar crianças com deficiência para se integrarem de forma digna e decente, apesar das políticas oficiais de sensibilização da população para a aceitação da diversidade. Embora a capacidade produtiva das pessoas com deficiência seja reconhecida de forma abstrata, na prática são poucas as empresas públicas ou privadas que empregam esses cidadãos.

A integração é conceituada como o processo educacional no qual meninos e meninas com deficiência podem ser incorporados gradativamente às salas de aula regulares, dependendo de suas necessidades e possibilidades físicas, de modo que possam ser integrados às próprias atividades do grupo, permitindo o máximo instrucional, temporal e integração social entre alunos deficientes e não deficientes durante o dia escolar normal

Diante do que foi escrito, ressalta-se que, este trabalho foi de grande importância para influenciar de forma positiva a carreira como futura Mestra em Educação, atingindo os objetivos propostos, que colaborou de forma significativa para o desempenho e aprendizagem da pesquisadora, proporcionando uma evolução no contexto do ensino sobre dislexia e do AEE, ajudando a compreender como melhorar a inclusão dos alunos com algum tipo transtorno, suas

dificuldades diante dos desafios diários e suas contribuições para as escolas do município de Caucaia e para a sociedade.

Conclui-se que, embora a educação inclusiva e a ideologia subjacente sejam uma questão de validade ética e prática indiscutível, a inclusão só se tornará realidade e terá presença massiva no sistema educacional, quando a filosofia e as ideias que a apoiam, orientam e motivam sejam incorporadas em todos os estabelecimentos de ensino. Isto implica que as escolas precisam ter uma atitude acolhedora, que as leve a abrir as suas portas e que assumam uma atitude ativa em relação à inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. P.; GIL, A.; SOUZA, M. M. G. da S. e. Percepção de estudantes com deficiência, seus pais ou responsáveis, e educadores sobre o processo de inclusão escolar: uma revisão de escopo. *Revista Educação Especial*, 2025. DOI: 10.5902/1984686X87339. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

ARAÚJO, José Júnior Pereira. A regulamentação do atendimento de alunos Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) na perspectiva da inclusão escolar em Rio Branco/Acre. 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11959312 Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Brasília – DF – 1996.

BRASIL. Lei no.13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 10.502/2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/10/02/carta-a-sociedade-brasileira-decreto-n-105022020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

CECCHIN, Cinara Rizzi. Atendimento Educacional Especializado Sala de Recursos Multifuncionais: Princípios Organizacionais e Atividades Práticas. 2015. Disponível em: <http://www.ifibe.edu.br/arq/20150615203932319618890.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

CHIOTE, F. A. B. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro: WakEditora, 2013.

CUNHA, E. Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade. 7º ed. Rio de Janeiro: Wak, 2018. CUNHA, E. Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. Rio de Janeiro: Wak Editora.

DARLING-HAMMOND, L., HYLER, M. E.; GARDNER, M. Desenvolvimento profissional eficaz do professor. Palo Alto, CA: Learning Policy Institute, 2017.

FARINA, I. Formação continuada de professores: perspectiva humana e emancipatória / Ione Farina, Dilva Bertoldi Benvenutti. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2024.

FERREIRA, L.de S. A inclusão e o Atendimento Educacional do aluno autista na rede regular de ensino, Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), FANAP. 2018. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/171.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCION, C. S. Dificuldades de aprendizagem: formação conceitual e intervenções no contexto escolar. In: IV Simpósio Nacional. VII Fórum Nacional de Educação. Currículo, formação docente, inclusão social, multiculturalidade e ambiente, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer? Maria Teresa Eglér Mantoan. - São Paulo: Summus, 2015.

MENEZES, Suze Almeida Oliveira. A relação entre afetividade e inclusão escolar: uma abordagem sobre a importância da afetividade na relação professor-aluno, no desenvolvimento e na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais / Suze Almeida Oliveira Menezes. - São Paulo: Editora Dialética, 2023. 52p.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, António Pedro. Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa Qualitativa em Ação. Aveiro, Portugal: Ludomedia. 2019.

MOREIRA, Beatriz Buzzo; SILVÉRIO JÚNIOR, Renato Cezar. A importância da afetividade na aprendizagem. 2017. Disponível em: <https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/50/26042017193303.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

MOUSINHO, R.; ALVES, L. M.; CAPELLINI, S. A. Dislexia: novos temas, novas perspectivas. Volume III. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

OLIVEIRA, Paulo Roberto dos Santos. A afetividade e as práticas pedagógicas numa perspectiva inclusiva. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/view/14574>. Acesso em: 15 dez. 2025.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. Tradução Elzon Lenardon. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

REIS, M; COUTINHO, D.J. G. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. 2025. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17869>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SALVADOR, Larissa de Souza. Heterogeneidade cognitiva nas dificuldades de aprendizagem da matemática: mecanismos específicos e gerais. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/a85a4d6f-8c49-47de-9f30-14eb63ff5e5e>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SILVA, J. V. da; INOCENCIO, L. C.; MORAES, D. A. F. de. Formação continuada sobre avaliação no ensino remoto: repercussões nas práticas docentes universitárias. *Revista Intersaberes*. 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/e023dor1008>. Acesso em: 12 dez. 2025.

SILVA, Kleber Aparecido; ANDRADE, Alliny de Matos Ferraz; OLIVEIRA, Cláudio Passos de; FERREIRA, Hely César; SANTOS, Liliane de Souza; SANTOS, Mônica Oliveira dos. Direitos Humanos e Educação Especial: a inclusão de alunos/as surdos/as no Distrito Federal. *DELTA*, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460X2020360409>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SILVEIRA, Andréa Cristina de Sá da; RAUPP, Graziela. Afetividade e educação inclusiva: conexões que transformam a aprendizagem. 2025. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/10739>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SILVEIRA, A. M. *Transformação cultural na educação inclusiva: desafios e perspectivas*. Editora Educação Transformadora, 2020.

21

SOUSA, Graziely Rodrigues de. O processo de ensino-aprendizagem de alunos com TDAH. 2023. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/6158>. Acesso em: 11 dez. 2025.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2009). *Diretrizes de Políticas para a Inclusão na Educação*. Online. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001778/177849s.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

WALLON, Henri. *Ciclo da Aprendizagem*: Revista Escola, ed. 160, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2003.